

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h38, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Cesar Valduga - Dalmo Claro - Deka May - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Neodi Saretta - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Leonel Pavan
Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2016, de procedência governamental, que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 0459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providencias.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputado que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DEKA MAY	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

Está encerrada a votação.

Votaram 29 deputados.

Temos 29 votos "sim" e nenhum voto "não".

Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero registrar o meu voto a favor nesta votação em segundo turno.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Fica registrado o seu voto. Está acatada a manifestação do deputado Cesar Valduga, que vota favorável a este projeto fora do sistema eletrônico de votação.

Sendo assim, temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos seguintes Projetos de Lei n.s: 0020/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0136/2015, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0145/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; e ao Projeto de Resolução n. 0013/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0209/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

[Taquígrafa: Rubia]

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0458/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0472/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0474/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0482/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0548/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0556/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Mensagem de Veto n. 0453/2016 ficará para a próxima terça-feira.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, na verdade, gostaria de, ao menos, argumentar com relação à apreciação da mensagem de veto. Parece-me que há quórum suficiente para sua deliberação.

Por favor, poderíamos fazer essa conferência?

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Deputado Silvio Dreveck, se houver quórum suficiente, encaminharemos a votação do veto.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Nós estávamos com 28 parlamentares presentes na votação do projeto do salário mínimo regional.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Se houver quórum, votaremos o veto.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, peço a conferência no painel eletrônico do número de srs. deputados presentes para vermos se há quórum suficiente para deliberação.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Vamos verificar o quórum no painel eletrônico.

[Taquígrafa: Silvia]

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o pedido foi feito pelo líder do governo, mas eu entendo que a verificação de quórum não pode ser feita pelo simples pedido de algum deputado. O quórum pode ser verificado, como dispõe o Regimento, diante de um projeto qualquer, num projeto ao acaso. Entendo que isso dá um instrumento para ser usado no Parlamento a qualquer instante, e isso não é prática no Parlamento brasileiro, não é adequado abrir essa exceção. "Eu vou pedir a verificação do quórum para ver se voto este projeto." Eu pergunto: Qual é o dispositivo do Regimento Interno que permite isso?

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Deputado Fernando Coruja, v.exa. tem razão, porém há um entendimento entre todos sobre essa questão. Foi feito um acordo com as lideranças desta Casa. Temos quórum, conforme verificado. Apenas gostaria de pedir aos parlamentares, agora, que se atenham ao projeto.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu divirjo do deputado Fernando Coruja. Qualquer um de nós, parlamentares, pode pedir a verificação de quórum. Está no Regimento Interno, e ainda mais para uma votação de veto, em que se precisa de quórum qualificado.

Então, não vejo problema algum no nosso líder ter pedido a verificação de quórum. Qualquer deputado pode pedir a verificação de quórum, inclusive para encerrar a sessão, caso não haja o número suficiente de deputados presentes. Quantas vezes, eu vi, nesta Casa, pedidos de informação e outras matérias não serem votadas, por conta de não haver quórum suficiente para aprová-las.

Assim, qualquer parlamentar pode vir aqui e pedir a verificação de quórum, como neste caso em que é necessário um quórum qualificado para votar o veto, uma vez que se precisa de pelo menos 21 deputados presentes.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Agradeço as colocações de cada um dos srs. deputados, pois isso vem reforçar a nossa determinação.

Solicito a verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	presente
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DEKA MAY	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	presente
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	presente
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	presente
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	presente

Como há quórum, vamos colocar em votação a mensagem de veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0453/2016, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0018/2016, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera a Lei n. 16.861. de 2015, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República, para o fim de ampliar as opções de carga horária da jornada de trabalho do professor da área de ensino de Educação Especial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Apenas gostaria de contextualizar todos os colegas deputados com relação à matéria. Este projeto é de minha autoria e trata da regulamentação da contratação de professores ACTs para as instituições vinculadas à Fundação Catarinense de Educação Especial.

Tivemos um problema, e a deputada Luciane Carminatti acompanhou a questão de perto, também a exemplo de todos os outros colegas parlamentares, com relação a uma discussão muito forte trazida pela Federação Catarinense das Apaes. E isso ensejou a propositura de um projeto de lei que foi aprovado por este Parlamento.

O governo do estado entendeu que deveria, de fato, regularizar a situação. E, para evitar um vício de iniciativa, vetou o projeto de lei aprovado neste Parlamento. E, no mesmo dia do veto, encaminhou para cá um projeto de origem governamental, para que o assunto pudesse ser resolvido. Nós já aprovamos isso recentemente neste plenário, aliás, foi uma aprovação recorde no Parlamento. No mesmo dia em que o projeto de origem do Executivo chegou a esta Casa, deliberamos nas três comissões e aprovamos definitivamente em plenário.

Esta matéria que está sendo, neste momento, discutida e que vai ser deliberada em seguida está prejudicada por força de um projeto de lei aprovado dias atrás, neste Parlamento, de iniciativa do Poder Executivo. Então, o assunto já está resolvido e a pretensão da Federação Catarinense das Apaes foi, de certa forma, atendida. Por isso, neste momento, devemos votar pela manutenção do veto em consideração à

prejudicialidade da matéria já reconhecida por todos.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Vou falar em nome da situação e da oposição. Isso é muito raro! Então, estamos sugerindo voto "sim", porque a lei já foi aprovada. Portanto, esta matéria não cabe mais.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Parabéns!

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Sr. presidente, nós acompanhamos este debate, em algumas comissões, do projeto de autoria o deputado José Nei Ascari, que tentou corrigir uma questão que, infelizmente, a secretaria da Educação, no início do ano, se equivocou. Então, a Casa tentou corrigir um processo que acabou sendo prejudicado na própria origem Parlamentar.

Nós também entendemos que é importante que se façam acordos com o Executivo. Como, no caso, nós estamos tratando com crianças e adolescentes excepcionais, esta Casa teve que tomar providências. E, depois do acordo construído com o Executivo, o projeto veio para cá. Então, esses acordos precisam ser construídos.

Gostaria de cumprimentar o deputado José Nei Ascari e também toda a Casa, que se preocupou em aprovar um projeto para resolver um problema que o Executivo, a secretaria da Educação, não resolveu no início do ano.

Muito obrigado!

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Sem dúvida alguma um projeto de grande alcance social.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o líder do governo, deputado Silvio Dreveck,

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Muito obrigado, sr. presidente.

Apenas, quero agradecer a compreensão, tanto do autor do projeto, o deputado José Nei Ascari, como dos demais deputados que colaboraram naquela ocasião no sentido de dar celeridade ao processo e atender aquela necessidade, vamos dizer assim.

Por outro lado, registro o empenho também da deputada Luciane Carminatti, que colaborou no andamento do projeto, e cumprimento o governo que teve a compreensão de encaminhá-lo a esta Casa. Portanto, para finalizar, se votarmos "sim", estaremos agindo conforme o acordo, tanto da parte dos parlamentares como do próprio governo, e dando a solução pedida pelas Apaes catarinenses.

Era isso, sr. presidente!

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DEKA MAY	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e um voto "não", sendo que esta Presidência acata a manifestação do deputado Kennedy Nunes que solicitou a correção do seu voto, fora do sistema eletrônico de votação, sendo ele favorável ao veto, totalizando 22 votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2016, de autoria do deputado Gelson Merisio e outros, que dá nova redação ao art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2016, de autoria de Câmaras Municipais, que altera o inciso I do §2 e §3, do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de estabelecer percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Sr. presidente, a matéria é uma proposta de emenda constitucional que tem origem nas Câmaras de Vereadores do Estado de Santa Catarina.

A Constituição Estadual prevê que um terço dos srs. deputados, ou o governador ou mais da metade dos representantes das Câmaras de Vereadores, por aprovação do seu Plenário, podem propor emendas constitucionais.

Esta PEC visa incrementar o percentual dos tributos estaduais destinados à saúde, que hoje em Santa Catarina é de 12%, para 15%. Na verdade, tem quase o mesmo texto da PEC n. 0001/2016, aprovada antes. Trata-se de uma iniciativa elaborada após um amplo debate que houve aqui, com alguns membros da comissão de Saúde, alguns médicos e a deputada Ana Paula Lima. *[Taquígrafa: Sara]*

Discutimos com a Associação dos Vereadores, e eles levaram isso ao estado inteiro, demoraram mais de seis meses para aprovar em 154 câmaras de vereadores, e a proposta veio para cá. Neste ínterim, inclusive um dia antes da proposta ser votada na comissão de Justiça, entrou uma outra proposta de emenda constitucional, assinada por parlamentares.

Esta proposta dos vereadores deu entrada em dezembro, dia 02 de dezembro do ano passado. Por problemas burocráticos - até se reunir as propostas e chegar à comissão de Justiça -, se

arrastou um pouco e acabou chegando lá um dia depois da outra. A proposta chegou atrasada, demorou mais para chegar. Então foram aprovadas as duas.

A comissão de Justiça, presidida pelo deputado Mauro de Nadal, tomou o posicionamento de apensar a PEC n. 0001/2016 à PEC 0002/2016, porque a PEC n. 0002/2016 foi a primeira a chegar aqui e é uma proposta que vem das Câmaras de Vereadores. Precisamos prestigiar as Câmaras de Vereadores, assim como queremos que o Congresso Nacional prestigie a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e as outras Assembleias do país com relação à proposta que estamos encaminhando para que lá seja votada.

Presumo que a admissibilidade desta Proposta de Emenda à Constituição será aprovada como foi a anterior. Isso vai fazer tramitar essas emendas constitucionais e nós queremos ver se aprovamos aqui as emendas constitucionais. E vejam que, no mérito, a PEC n. 0001/2016, que foi assinada por parlamentares, é até melhor, porque amplia de 12% para 15% num prazo menor do que propuseram as Câmaras de Vereadores.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0195/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias de disponibilizar bebedouro, banheiros e caixas eletrônicos adaptados aos clientes e usuários, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0530/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar, que reconhece como Capital Catarinense do Mel o município de Içara.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0080/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade Pioneiros, de Vitor Meireles.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0081/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Família Feliz, de Vitor Meireles.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0082/2016, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Santa Albertina, de Vitor Meireles.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0433/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário do Bairro Bom Pastor, no município de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

[Taquígrafa: Cristiany]

Pedido de Informação n. 0040/2016, de autoria do deputado Deka May, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os investimentos previstos para a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0041/2016, de autoria do deputado Deka May, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o prazo para conclusão das obras de reforma e ampliação das Escolas de Educação Básicas dos municípios de Tubarão, Capivari de Baixo e de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0365/2016, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0366/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0367/2016, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0368/2016, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0369/2016 e 0371/2016, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0370/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga; e 0372/2016, de autoria do deputado Mario Marcondes.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0164/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0165/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0166/2016, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência suspende a sessão, para que possa usar a tribuna o sr. José Nilton da Silva, prefeito de Angelina, para divulgar a 22ª Festa do Queijo e do Mel, juntamente com a rainha e as princesas da festa.

Está suspensa a sessão.

[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) -
Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Relata, através de exibição de vídeo, a sua participação, representando a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; a União dos Parlamentares do Mercosul e a União Nacional dos Legisladores Estaduais, no último fim de semana, como observador nas eleições presidenciais no Peru.

[Taquígrafa: Rubia]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Manifesta-se sobre projeto de lei de sua autoria que abona as faltas dos membros do Magistério público estadual decorrentes de participação em greves, assembleias, movimentos reivindicatórios e outras atividades sindicais entre os anos 2012 a 2015, enfatizando que o abono das faltas torna nulo os registros dos assentamentos funcionais para efeitos de concessão de licença-prêmio, promoção, adicional por tempo de serviço, progressão funcional, aposentadoria, contagem do tempo de serviço e disponibilidade.

Apela para que os professores não sejam penalizados e pede respeito à Constituição da

República, que garante o direito à liberdade sindical e organizativa no local de trabalho.
[Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Dirige-se à deputada Luciane Carminatti, argumentando, como parlamentar comprometido com as causas da educação, que espera a vinda do secretário da Educação à Assembleia Legislativa para tratar do planejamento com relação às conquistas dos professores.

Faz referência à significativa ação do governo do estado na região meio-oeste catarinense sobre o serviço anti-granizo que preveni os agricultores e os moradores das áreas urbanas de chuvas de granizo. Informa que o serviço foi prestado pela empresa Anti-Granizo Fraiburgo, com apoio dos produtores, prefeituras e governo do estado, salientando que por decisão do governador Raimundo Colombo, a pedido dos secretários da Agricultura e da Casa Civil, foi investido em torno de R\$ 800 mil nessa ação. Agradece ao governador por tão importante pleito que beneficia toda a região.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Taquígrafa: Elzamar]*

[Revisão Final - Taquígrafa: Cristiany]